



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

161

HABEAS CORPUS Nº: 0007931-55.2013.8.17.0000 (0310157-3)

COMARCA : Ipojuca – Vara Criminal
IMPETRANTE : Ivan Cândido Alves da Silva
PACIENTE : **SAMUEL JOSÉ DA SILVA**
RELATOR : **Des. Nivaldo Mulatinho Filho**
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. COMUNICAÇÃO DO FLAGRANTE FORA DO PRAZO LEGAL. EVENTUAL IRREGULARIDADE SANADA. AUSÊNCIA DE PROVA PERICIAL QUE ATESTE A MATERIALIDADE DO CRIME. NEGATIVA DE AUTORIA. MATÉRIA DE MÉRITO. NECESSIDADE DO REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. IMPRESTABILIDADE DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA SOB OS PRESSUPOSTOS DA GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL E DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. AUSÊNCIA DE PERICULOSIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

I – A análise aprofundada do conjunto probatório da alegada negativa de autoria deverá ser realizada pelo Conselho de Sentença, juiz natural da causa, sobretudo porque descabido maior exame de prova nos estreitos limites do habeas corpus.

II – In casu, a insuficiência de fundamentação na decisão de indeferimento da liberdade provisória resta patente, posto que a simples referência à gravidade do crime não pode servir de respaldo ao enclausuramento cautelar. Precedentes do STF. A ausência de registro pelo magistrado, de qualquer fato concreto extraído dos autos para justificar a segregação cautelar do paciente, legitima a concessão do presente *Habeas Corpus*, com a expedição de alvará clausulado.

III – Ordem concedida por maioria de votos

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Habeas Corpus nº 0007931-55.2013.8.17.0000 (0310157-3)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por maioria de votos, em conceder a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0007931-55.2013.8.17.0000 (0310157-3)
COMARCA: IPOJUCA
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTE: IVAN CÂNDIDO ALVES DA SILVA
PACIENTE: SAMUEL JOSÉ DA SILVA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

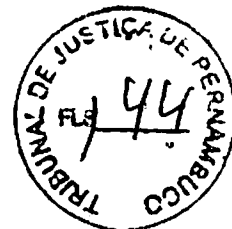
Ivan Cândido Alves da Silva, advogado, impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Samuel José da Silva**, indicando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca do Ipojuca, no âmbito do Processo nº 0001878-02.2013.8.17.0730.

Aduz o Impetrante, em apertada síntese, que o Paciente padece de constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) irregularidade do flagrante, tendo em vista que a sua prisão não foi comunicada à autoridade competente, nem ao Ministério Público e nem à Defensoria Pública dentro do prazo legal; b) por não haver nos autos perícia tanatoscópica que ateste a materialidade e que conteste a versão de inocência do Paciente; c) ausência dos requisitos da prisão preventiva; e d) condições subjetivas favoráveis.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 104/106**.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



A autoridade dita coatora prestou informações às **fls.112/113**, acostadas dos documentos de **fls. 114/132**.

Alfim, a Procuradoria de Justiça, pela Procuradora, **Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz**, apresentou parecer às **fls. 136/139**, opinando pela concessão da ordem, entendendo ser aplicável ao caso a substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares, nos moldes do art. 319, incisos I, II e IV, do CPP.

Em resumo, é o relatório.

Recife, 11 de setembro de 2013.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0007931-55.2013.8.17.0000 (0310157-3)
COMARCA: IPOJUCA
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTE: IVAN CÂNDIDO ALVES DA SILVA
PACIENTE: SAMUEL JOSÉ DA SILVA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

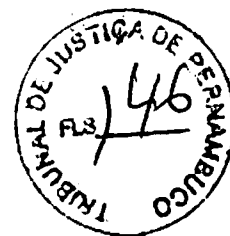
VOTO

Consta da peça acusatória, **fls. 86/90**, que, no dia 14/06/2013, por volta das 06:30 horas, o Paciente, na companhia de Lucília Maria da Silva, também denunciada, com quem teria um envolvimento amoroso, ceifou a vida do recém nascido que esta deu à luz, ajudando, inclusive, a ocultar o corpo da criança, envolvendo-a em cerca de seis sacos plásticos e jogando-a depois em um canavial próximo ao Armazém Montevideu, no trevo de Ipojuca, na PE - 60. Notícia, ainda, que, ao ser encontrado o cadáver, verificou-se que um dos sacos plásticos envolvia apenas a cabeça do bebê. Diante disso, foi denunciado pelo crime previsto no art. 121, § 2º, inciso I (homicídio qualificado por motivo torpe), e art. 211 (ocultação de cadáver), ambos do CPB.

Quanto à eventual irregularidade do flagrante, tendo em vista que a sua prisão não foi comunicada à autoridade competente, nem ao Ministério Público e nem à Defensoria Pública dentro do prazo



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



legal, não merece prosperar. Eventual irregularidade, caso tenha existido, já foi devidamente sanada, pois a segregação cautelar do Paciente encontra-se embasada em outro título, ou seja, por decreto preventivo, nos moldes do art. 312 do CPP. Não há, pois, qualquer ilegalidade a ser combatida.

A respeito do tema, excerto de julgado do STJ:

PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES. IRREGULARIDADE NO FLAGRANTE. PRISÃO CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PERDA DE OBJETO. CUSTÓDIA CAUTELAR. PERICULOSIDADE DO AGENTE. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE.

- A alegação de irregularidade no flagrante por falta de comunicação da Defensoria Pública no prazo legal está superada em decorrência da superveniência de nova decisão judicial a embasar a custódia cautelar com fulcro no art. 312 do CPP. (...)

(RHC 37334 / SP/ Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE) / T5/ J. 11/06/2013/ DJe 17/06/2013)

Em relação à ausência de materialidade delitiva, porquanto não há nos autos a perícia tanatoscópica que comprove o delito imputado ao Paciente, e que contrarie a sua alegação de que não cometeu o crime, pois afirma que quando chegou ao local a criança já estava morta, não merece guarida. Essa questão constitui matéria meritória, a ser analisada no processo originário quando da instrução



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



do feito, pois necessita do revolvimento de provas. Assim, como sabido, o *habeas corpus* não é adequado quando a situação exige tal análise probatória, consoante preconiza a Súmula 80/TJPE¹, devendo tal matéria não ser conhecida. Por outro lado, há indícios da materialidade delitiva e de autoria, conforme depoimentos de **fls. 40/47**.

Por sua vez, não há que se falar em ausência dos requisitos da prisão preventiva, senão vejamos.

Verifica-se pelo decreto de **fls. 84/85**, ratificado às fls. **94/98**, que a prisão do Paciente faz-se necessária para garantir a ordem pública, diante da gravidade do delito, reveladora da periculosidade concreta do Paciente, a qual fica evidenciada pelo *modus operandi* na prática do crime, posto que ele e a outra denunciada **"ceifaram a vida de um recém-nascido, indefeso, o que gera uma revolta social e deixa a sociedade perplexa em virtude da crueldade com a qual o crime foi praticado"**. Tal recém-nascido era do sexo feminino, havendo notícias de que era filha de ambos, e quando foi encontrada no canavial, local deixado por eles, estava com um saco plástico envolvido em sua cabeça, o que indica ser salutar a manutenção de sua segregação cautelar.

A respeito do tema, o presente julgado do STJ:

¹ Súmula nº 80/TJPE: "A restrita via do habeas corpus não comporta o revolvimento probatório necessário à aferição da negativa de autoria".



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE. SUPERVENIÊNCIA DA DECISÃO DE PRONÚNCIA, QUE REVOGOU A CUSTÓDIA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PELO PARQUET. RESTABELECIMENTO DA PRISÃO CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA QUE RECOMENDA A MEDIDA CONSTRITIVA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

1. A manutenção da custódia cautelar encontra-se suficientemente fundamentada, em face das circunstâncias do caso que, pelas características delineadas, retratam, in concreto, a periculosidade do agente, a indicar a necessidade de sua segregação para a garantia da ordem pública, considerando-se, sobretudo, o *modus operandi* do delito. Precedentes. (GRIFEI)

2. *omissis*

3. Condições pessoais favoráveis do agente não são aptas a revogar a prisão preventiva, se esta encontra respaldo em outros elementos dos autos.

4. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 220200 / MG/ Ministra LAURITA VAZ/ T5/ J. 06/11/2012/ DJe 16/11/2012)

Presentes, portanto, os requisitos previstos no art. 312 do CPP, não há que se falar em qualquer ilegalidade na prisão do Paciente, que está devidamente fundamentada.

Por outro lado, eventuais condições pessoais favoráveis do Paciente, consoante alegação do Impetrante, não elidem a custódia cautelar quando presentes os requisitos da prisão preventiva, inteligência da Súmula nº 86/TJPE, como no presente caso.


Li



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Assim, ante as considerações expostas, as quais tenho como elementos para a minha convicção, entendo não haver qualquer constrangimento ilegal justificador da concessão do *writ*, pelo que **esta relatoria vota denegando a ordem.**

Recife, 11 de setembro de 2013.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL : 11.09.13
HABEAS CORPUS Nº 310.157-3 : IPOJUCA
IMPETRANTE : IVAN CÂNDIDO ALVES DA SILVA
PACIENTE : SAMUEL JOSÉ DA SILVA
RELATOR : DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

O RELATÓRIO SE ENCONTRA ÀS FLS. 143/144 DOS AUTOS.

BEL. IVAM CÂNDIDO ALVES DA SILVA (ADVOGADO – OAB/PE 30667)

Exmo. Sr. Presidente,
Exmo. Sr. desembargador Relator,
Exmos. Srs. Desembargadores,
Nobre Procuradora de Justiça:

Como bem relatado no relatório do Desembargador Relator, o Paciente foi preso em flagrante delito pelo crime de homicídio e ocultação de cadáver.

Consta dos autos que no dia 14 de junho de 2013, o Paciente recebeu uma ligação telefônica de sua namorada, pela manhã, que tinha entrado em trabalho de parto. Sua namorada teve o filho, recém-nascido, e consta que, após ela dar a luz ao bebê, ela ligou para o namorado para que fosse até a casa dela lhe ajudar com aquela situação. Prontamente o Paciente se dirigiu até a casa de sua namorada e quando chegou lá se deparou com uma situação diferenciada: a criança já estava morta. Isso consta dos autos de prisão em flagrante. Em próprio depoimento, todas as testemunhas asseveraram: a criança já estava morta.

Com aquela situação, ele, juntamente com a sua namorada, sem saber o que fazer, ocultou o recém-nascido, pegou a sua companheira e foi em direção ao hospital. Foi preso em flagrante delito, prestando socorro. Foi preso imediatamente quando chegou à unidade de saúde para que fosse feito os procedimentos médicos na sua namorada.

Assim que ele foi preso em flagrante, automaticamente revelou toda a conduta daquela ação, falou a verdade, de nada escondeu da autoridade policial, e achou-se o corpo da criança recém-nascida. Parece até um crime brutal, não posso negar isso.

Agora, o fato é: não se comprova nos autos que o Paciente cometeu o crime de homicídio. Ele recebeu uma ligação 06h30 da manhã, quando ele chegou na casa da namorada já eram 08h da manhã e a criança já havia nascido. E em

h. k



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

alto e bom tom ele revelou, em sede de investigação policial, foi apurado, isso está dentro dos autos, que, ao chegar no local, a criança já estava morta.

O juiz de piso, o qual tenho muito respeito, o Dr. Márcio Araújo, que tem tido atuação brilhante na Vara Criminal na Comarca de Ipojuca, converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva, e o fundamento único e exclusivo do decreto prisional foi a garantia da ordem pública.

Com todo respeito à decisão de piso, o magistrado que decretou, que converteu a prisão, apenas sob esses fundamentos, não mencionou a conduta concreta que ensejava a necessidade de garantir a ordem pública, ou seja, o Paciente tem bons antecedentes, residência fixa, é um homem trabalhador, não é voltado a conduta criminoso. Não consta nos autos, em nenhuma linha, em nenhum parágrafo, que ele é tendencioso a cometer a prática de novos crimes, e a única fundamentação foi a garantia da ordem pública.

O que este humilde advogado pleiteia aqui? A concessão da ordem por ausentes os requisitos do 312, que são: a garantia da ordem pública. Não está demonstrada nos autos. Isso acertou, de forma taxativa, o luminoso parecer da Procuradoria de Justiça, que diz o seguinte, vou pedir licença a Vossas Excelências para ler alguns fragmentos do parecer do Ministério Público, no qual fiquei até lisonjeado quando saiu o parecer pela concessão da ordem. A nobre Procuradora, Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, em conclusão:

"O paciente já fora citado e tem endereço certo, além de ser primário, se conclui que ele poderá responder ao processo em liberdade, já que não se mostram presentes outros requisitos do art. 312 do CPP. Levando-se em conta as condições pessoais favoráveis, assim como a inexistência de fato que demonstre ser o paciente ameaça à ordem pública, à ordem econômica, à conveniência da instrução criminal, e que o paciente, quando interrogado pelos Policiais Cíveis, ainda que informalmente, contribuiu para a elucidação dos fatos, manifestando-se esta 9ª Procuradora de Justiça pela CONCESSÃO DA ORDEM" (fls. 139).

Sr. Presidente,
Srs. Desembargadores:

Reforça esse Advogado que o Paciente respondendo a esse processo em liberdade em nada ofenderá a instrução criminal, o Paciente respondendo esse processo em liberdade em nada causará desajuste à ordem pública, a ordem econômica ou até mesmo que venha a fragilizar ou se furtar da aplicação da Lei Penal. Faz 40 anos que ele mora no mesmo lugar, preso em flagrante quando contribuía com as investigações. E, em parecer, sempre estou tocando nesse ponto, foi examinado todos os aspectos do processo e revelou-se que ele, posto em liberdade, respondendo esse processo em liberdade, não irá, influir

fi. 10



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

em nada de forma negativa, para a instrução do processo, que, repito, está sendo muito bem conduzida pelo juiz de piso.

Sr. Presidente,
Srs. Desembargadores:

Apenas peço, por mais uma vez, vênia para fazer a leitura de pequeno trecho do entendimento do Supremo Tribunal Federal, no HC 114428, Min. Relator Luiz Fux, que diz o seguinte:

“Por isso mesmo é esta Corte de Casa de Justiça entende que alusão à gravidade do delito ou o uso de expressões de mero apelo retórico não validam a ordem de prisão cautelar. É que eventual ameaça que o agente representaria à ordem pública só se deve ser aferida com a própria tessitura dos fatos, quero dizer: o juízo de que a liberdade de determinada pessoa se revele como sério risco à coletividade, só é de ser feito no quadro fático da causa e nele fundamentado o respectivo decreto prisional. Sem o que não se demonstra necessário vínculo operacional entre a necessidade da segregação processual e o efetivo acautelamento do meio social.

Então, com essas singelas e breves considerações, entendendo o Impetrante que o Paciente junta as condições para responder o processo em liberdade - não é homem perigoso, não tem essa afirmação nos autos, da periculosidade do agente, assim como bem assentou a Procuradoria de Justiça, não tem a vida dele voltada para a criminalidade, pelo contrário, foi preso enquanto prestava socorro à namorada. Não se tem nos autos indícios suficientes de autoria. O processo ainda está em fase de instrução. Não tem nem a perícia tanatoscópica para se aferir a causa da morte, se o bebê nasceu morto ou se nasceu vivo. O que se tem de fato é que quando ele chegou aquele local a criança já havia falecido. Isso é o que tem de concreto.

Então, ausente os indícios suficientes de autoria, ausente os pressupostos objetivos e subjetivos do art. 312 do Código de Processo Penal, reforçando, e aqui peço licença para mais uma vez afirmar que em nada será afetada a instrução criminal com o Paciente respondendo a este processo em liberdade, pugna o impetrante pela concessão da ordem nos exatos termos do luminoso e brilhante parecer da Procuradoria de Justiça.

Muito obrigado.

JK



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

O VOTO DO RELATOR SE ENCONTRA ÀS FLS. 145/149 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Dr. Gustavo, eu acho que o caso concreto presente não é tão simples assim. Eu vou pedir vênias a Vossa Excelência, mas acho que no caso aí, considerando que o acusado é primário e que o caso em si não denota que ele seja pessoa perigosa, nem ele nem a jovem que está presa, eu acho que no caso concreto presente é possível a liberdade provisória mediante alvará de soltura clausulável, ele responderia em liberdade, comprometendo-se a comparecer a todos os atos.

Não há constrangimento ilegal, no sentido de que as considerações preliminares, a prisão em flagrante, teve a sua regularidade. Se houve alguma irregularidade foi sanada, não é? Mas, no caso concreto, examinando a situação pessoal do acusado, acho que é possível a concessão da ordem para aplicar a medida cautelar possível, que seria o alvará de soltura clausulável e comparecimento a todos os atos que fossem regularmente intimados.

No caso, acompanho o posicionamento da Dra. Laíse.

DESEMBARGADOR PAULO VICTOR VASCONCELOS

É um caso diferente, como se ele tivesse praticado o aborto.

O nobre Advogado esteve relatando o fato e essa circunstância: "não, ele foi chamado", tudo bem, era uma discussão, mas estava como se tivesse praticado o aborto. Mas, tendo em vista, conforme foi informado, o decreto de prisão preventiva com relação à ordem pública, nesse caso excepcional, ele sendo primário, eu pediria vênias a Vossa Excelência e concederia a ordem, porém, desde que implementasse medidas cautelares no sentido de ele comparecer mensalmente ao Fórum e não poder se ausentar da Comarca.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA (RELATOR)

Esse é o opinativo do Ministério Público, pedindo a substituição da prisão pelas medidas do art. 319.

h.k



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS, CONCEDEU-SE A ORDEM, EXPEDINDO-SE O COMPETENTE ALVARÁ DE SOLTURA CLAUSULADO EM FAVOR DE SAMUEL JOSÉ DA SILVA, MEDIANTE COMPARECIMENTO A TODOS OS ATOS DO PROCESSO CONFORME MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319, I, II, E IV DO CPP, SE POR OUTRO MOTIVO NÃO ESTIVER PRESO. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DES. NIVALDO MULATINHO.

jk